



**Fundação Educacional do Município de Assis
Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis
Campus "José Santilli Sobrinho"**

CARLA JAQUELINE LOUREIRO

MAQUIAVEL: VIDA E OBRA

**Assis/SP
2017**



**Fundação Educacional do Município de Assis
Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis
Campus "José Santilli Sobrinho"**

CARLA JAQUELINE LOUREIRO

MAQUIAVEL: VIDA E OBRA

Projeto de pesquisa apresentado ao curso de direito do Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis – IMESA e a Fundação Educacional do Município de Assis – FEMA, como requisito parcial à obtenção do Certificado de Conclusão.

**Orientando(a): Carla Jaqueline Loureiro
Orientador(a): Elizete Mello da Silva**

**Assis/SP
2017**

FICHA CATALOGRÁFICA

LOUREIRO, Carla Jaqueline Loureiro.

Maquiavel / Carla Jaqueline Loureiro. Fundação Educacional do Município de Assis –FEMA – Assis, 2017.

Número de páginas.

1. Maquiavel. 2. Príncipe.

CDD:
Biblioteca da FEMA

MAQUIAVEL: VIDA E OBRA

CARLA JAQUELINE LOUREIRO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis, como requisito do Curso de Graduação, avaliado pela seguinte comissão examinadora:

Orientador: _____
Elizete Mello da Silva

Examinador: _____

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a minha irmã caçula Anna Laura, para que possa servir de inspiração.

AGRADECIMENTOS

Eu agradeço primeiramente a Deus, por mais esta oportunidade na minha vida.

Em seguida agradeço minha família pelo apoio e carinho, em especial dos meus pais Celina e Otávio, meus irmãos André, Álvaro e Anna, também as minhas cunhadas Manuela e Priscila e meu cunhado Matheus, há também um primo que é um irmão para mim Victor.

Agradeço minha professora e orientadora Elizete mais conhecida como Dedé, pela paciência e dedicação ao meu trabalho.

A Silvana que me ajudou muito com a elaboração desse trabalho.

Aos meus amigos que me ajudaram a enfrentar esses anos da faculdade, João, Ana Paula, Thamy, Yasmim e Ju.

Caso queira, inserir uma epígrafe que tenha relação com seu trabalho.

RESUMO

Maquiavel, a partir de seu pensamento político, procurou fundamentar uma filosofia política tendo em vista a dominação dos homens. O renascimento trouxe uma série de inovações no campo cultural, o problema para Maquiavel, entretanto, é saber a quem serve a ciência política e o que faz para se manter no poder. Para compreender a teoria política de Maquiavel, é preciso compreender o próprio indivíduo Maquiavel como sujeito histórico e fruto de um contexto específico, o universo mental de Nicolau Maquiavel é completamente diverso. Deliberadamente distancia-se dos tratados sistemáticos da escolástica medieval e, à semelhança dos renascentistas preocupados em fundar uma nova ciência física, rompe com o pensamento anterior, através da defesa do método da investigação empírica. Maquiavel vive o período renascimento, como tal é leitor contumaz dos autores clássicos, a leitura desses lhe dá a chave para compreender o contexto em que vive, além do que o instrumentaliza com a fundamentação teórica necessária para escrever, entre outros, “o príncipe” e por isso que nesta obra se encontra uma intensa reflexão filosófica e, não como querem alguns, apenas um receituário, um manual para políticos de plantão.

Palavras-chave: Maquiavel, príncipe.

ABSTRACT

Machiavelli, from his political thinking, sought to ground a political philosophy in view of the domination of men. The Renaissance brought a series of innovations in the cultural field; the problem for Machiavelli, however, is knowing to whom political science serves best and what one does to stay in power. In order to understand Machiavelli's political theory, it is necessary to understand Machiavelli as a historical subject and the result of a specific context; Nicolo Machiavelli's mental universe is completely different. It deliberately distances itself from the systematic treatise of medieval scholasticism, and, like in the Renaissance, which was concerned with founding a new physical science, breaks with the previous thinking by defending the method of empirical research. Machiavelli lives in the Renaissance period and is, therefore, a constant reader of classical authors; such readings give him the key to understand the context in which he lives and it also instrumentalises him with the theoretical foundation necessary to write, among others, "The Prince", and that is the reason why in this work there is an intense philosophical reflection and not just a prescription or a manual for politicians.

Keywords: Machiavelli; The prince.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	9
2. VIDA E OBRA	11
2.1. CONTEXTO HISTÓRICO	11
2.1.1. A formação das monarquias nacionais.....	11
2.1.2. A expansão econômica e a tecnologia.....	12
2.1.3. A decadência da igreja	13
2.1.4. Itália.....	14
2.1.5. Florença	15
2.2. BIOGRAFIA.....	15
3. A CONCEPÇÃO DE ESTADO E DE PODER POLÍTICO EM MAQUIAVEL.....	18
4. LEGADO DE MAQUIAVEL PARA OS DIAS ATUAIS	23
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	24
6. REFERÊNCIAS.....	26

1. INTRODUÇÃO

Nicolau Maquiavel (em italiano Niccolò Di Bernardo dei Machiavelli, Florença, 3 de maio de 1469 – Florença, 21 de junho de 1527) foi um historiador, poeta, diplomata e músico de origem florentina do renascimento.

É reconhecido como fundador do pensamento e da ciência política moderna, pelo fato de ter escrito sobre o Estado e o governo como realmente são e não como deveriam ser. Os recentes estudos do autor e da sua obra admitem que seu pensamento foi mal interpretado historicamente.

As opiniões, muitas vezes contraditórias, acumulam-se, de forma que o adjetivo maquiavélico, criado a partir do seu nome, significa esperteza, astúcia, aleivosia, maldade.

Maquiavel escreve história mais como um pensador político do que como historiador. Assim ele não se preocupa tanto com a referência precisa de afirmações contidas nas suas obras, ainda que tenha ido aos arquivos de Florença – prática incomum na época – e deixa transparecer nas suas obras históricas a defesa de algumas das suas ideias através da narração dos fatos históricos. Ele também acredita que a história se repete, tornando a sua escrita útil como exemplo para que os homens, tentados a agir sempre da mesma maneira, evitassem cometer os mesmos erros.

Contexto histórico

Durante o renascimento, as cinco principais potências na Península Itálica eram: o Ducado de Milão, a República Florentina, o Reino de Nápoles, e os Estados Papais. “A península era então constituída por uma série de Pequenos Estados, com regime políticos, desenvolvimento econômicos e culturais variados.” (Página 14, Francisco Weffort). Foram incapazes de se aliar durante um bom tempo estando entregues à intriga diplomática e as disputas, como estavam batalhando entre si, ficavam a mercê das ambições estrangeiras a influência de Lourenço de Médici impediu uma invasão. Com a morte deste em 1492, a Itália foi invadida por Carlos VIII, causando a expulsão dos Médici de Florença.

Neste cenário conturbado, na qual a maior parte dos governantes não conseguia se manter no poder por um período a dois meses, Maquiavel passou sua infância e adolescência.

A formação das monarquias nacionais

A formação das monarquias nacionais ocorreu durante o período da Baixa Idade Média, entre os séculos XII e XV, nos países da Europa Ocidental, com destaque para as monarquias portuguesa, espanhola, francesa e inglesa.

As crises do fim da era medieval (econômica, política e religiosa) provocaram a dissolução do sistema feudal. A terra deixou de a única fonte de riqueza.

A expansão econômica e tecnologia

Os conhecimentos acumulados desde a origem de Roma, passando pela idade média, se aprimoraram a partir do século XV. Destacando de grande importância foram realizações dos engenheiros e arquitetos italianos, dos metalurgistas e impressores alemães e dos engenheiros holandeses.

Obras notáveis no campo da engenharia hidráulica. Enfim grande avanço econômico e tecnológico.

A decadência da igreja

Foi um processo que começou na Alemanha quando um monge, chamado Martinho Lutero vai apresentar as suas 95 teses condenando uma série de práticas da igreja católica. A principal delas, é a questão das Indulgências, o perdão.

Itália

A Itália por vários séculos fora uma nação de pequenos Estados. Com a queda do império romano em 476, a península itálica passou a ser governada pelos seus invasores bárbaros, os chamados reis bárbaros governaram por algumas décadas, mesmo assim o domínio destes povos não garantiu uma identidade unificada a Itália.

Florença

Florença é tida como o berço do renascimento, um movimento artístico – cultural que colocou em cena moral diferente do mundo medieval, que trouxe a prática do mecenato.

A pesquisa tem como objetivo demonstrar baseado na principal obra do autor, o príncipe sua teoria política e sua concepção de Estado.

Os ensinamentos de Maquiavel, incorporados da maneira correta dentro da política, desde o político até o sistema em si, minimizaria muitos problemas decorrentes muitas vezes da falta de preparo, conhecimento ou objetivo dos políticos que temos.

2. VIDA E OBRA

2.1. CONTEXTO HISTÓRICO

Durante o renascimento, as cinco principais potências na Península Itálica eram: o Ducado de Milão, a República Florentina, o Reino de Nápoles, e os Estados Papais. “A península era então constituída por uma série de Pequenos Estados, com regime políticos, desenvolvimento econômicos e culturais variados.” (Página 14, Francisco Weffort). Foram incapazes de se aliar durante um bom tempo estando entregues à intriga diplomática e as disputas, como estavam batalhando entre si, ficavam a mercê das ambições estrangeiras a influência de Lourenço de Médici impediu uma invasão. Com a morte deste em 1492, a Itália foi invadida por Carlos VIII, causando a expulsão dos Médici de Florença.

Neste cenário conturbado, na qual a maior parte dos governantes não conseguia se manter no poder por um período a dois meses, Maquiavel passou sua infância e adolescência.

2.1.1. A formação das monarquias nacionais

O processo de formação das monarquias nacionais atribuiu novas feições à Europa.

O processo de formação das monarquias nacionais europeias remonta uma série de mudanças que se iniciaram durante a Baixa Idade Média. De fato, o processo de consolidação das monarquias foi um dos mais evidentes sinais das transformações que assinalavam a crise de sistema feudal e a construção do sistema capitalista, legitimado pela nascente classe burguesa. No entanto, mesmo a surgir nesse contexto de mudança, as monarquias não simbolizavam necessariamente a crise do poder nobiliárquico.

Nesse sentido, a constituição das monarquias pode ser compreendida enquanto um processo que conseguiu atender simultaneamente os interesses dos nobres e dos burgueses. Por um lado, a formação das monarquias conseguiu conter as diversas revoltas camponesas que marcaram os finais da Idade Média com a reafirmação da propriedade feudal. Por outro, essas mesmas monarquias implementaram um processo de padronização fiscal e monetário que atendia a demanda econômica da classe burguesa.

O comércio se expandiu a burguesia, que era a classe social ligada ao comércio, tornou-se cada vez mais rica e poderosa, com isso ela precisava de uma nova organização política que fosse capaz de acabar com as intermináveis guerras da nobreza feudal, que diminuísse a quantidade de impostos sobre as mercadorias cobrados pelos senhores feudais e que reduzisse o grande número de moedas que atrapalhavam seus negócios.

Por isso, a burguesia passou a contribuir para o fortalecimento da autoridade dos reis, contribuindo financeiramente na construção de monarquias nacionais capazes de formar governos estáveis e ordeiros.

O elemento cultural que mais influenciou o sentimento nacionalista foi o idioma. Falado pelo mesmo povo, o idioma servia para identificar as origens, tradições e costumes comuns de uma nação.

Cada estado foi definido suas fronteiras políticas, estabelecendo os limites territoriais de cada governo nacional, surgindo a noção de soberania, pela qual o soberano (governante) tinha o direito de fazer valer as decisões do Estado perante os súditos.

Para garantir as decisões do governo soberano, foi preciso a formação de exércitos permanentes, controlados pelos reis (soberano).

Com a formação moderna, diversos reis passaram a exercer autoridade nos mais variados setores: organizavam os exércitos, que ficava sobre o seu comendo, distribuíam a justiça entre seus súditos, decretavam leis e arrecadavam tributos. Toda essa concentração de poder a ser denominado Absolutismo Monárquico.

A partir disso, foi criado os Estados Nacionais, os quais apresentavam suas fronteiras, limites dos territórios e o exército nacional (para segurança da nação). No âmbito econômico; as monarquias nacionais visavam a unificação dos padrões monetários e também um sistema de cobrança dos impostos.

2.1.2. A expansão econômica e a tecnologia

Os conhecimentos acumulados desde as origens de Roma, passando pela Idade Média, se aprimoraram notavelmente a partir do século XV. De particular importância no Renascimento europeu foram as realizações dos engenheiros e arquitetos italianos, dos metalurgistas e impressores alemães e dos engenheiros holandeses. Obras notáveis no campo da engenharia hidráulica são os canais construídos por Bertola de Novate, em Milão, e as eclusas, inventadas provavelmente por Leonardo da Vinci. Coube igualmente aos italianos o privilégio de aperfeiçoarem técnicas para a produção em grande escala, algumas das quais foram descritas por Vannocio Biringuccio em *De La pirotechnia* (1540), importante obra sobre metalurgia.

Nos estaleiros de Veneza, a construção naval alcançou alto grau de elaboração e eficiência. Leonardo da Vinci foi um dos grandes inovadores da tecnologia da Itália renascentista e se interessou particularmente por engenharia militar, embora suas anotações sobre maquinaria fossem as mais completas. Desenhou vários tipos de moinhos, bombas e aparelhos hidráulicos, máquina têxtil, peças de artilharias, objetos de metal, máquina de polir e até um aparelho para voar. Da Vinci já demonstrava preocupar-se com problemas que somente séculos depois seriam solucionados, como a redução de atrito e a construção de máquinas automáticas.

Importantes nos séculos XV e XVI foram os progressos em metalurgia, registrados na Hungria e na Alemanha, bem como no domínio da análise dos metais, técnica complexa que envolvia o emprego de formas especiais, pesos, balanças e fundentes. De maior

importância ainda, por seu ilimitado alcance cultural, foi a invenção da impressão com tipos móveis, desenvolvida por Johannes Gutenberg, Procopius Waldvoghel (de Praga) e construtores holandeses. Cabem também a engenheiros holandeses as mais notáveis realizações da engenharia civil no período pós-renascentista: foram eles que elevaram a um nível sem precedentes as técnicas de construção de diques, de canais de drenagem e de moinhos de vento.

Em suma, a união dos interesses políticos dos Reis e os interesses econômicos da burguesia, foram essenciais para formação das monarquias ou estados nacionais, extinguindo o domínio dos senhores feudais do período medieval, dando início a Era Moderna.

De forma geral, observamos que os vários estudiosos da Renascença foram em suma importância para que a obtenção de conhecimento fosse modificada. Ao invés de contemplar e aceitar os fenômenos naturais enquanto manifestação da natureza divina, os homens dessa época acreditaram que o experimento e o uso de argumentos racionais pudessem revelar as “engrenagens” que movimentavam o mundo à sua volta.

2.1.3. A decadência da igreja

Foi um processo que começou na Alemanha, quando um monge, chamado Martinho Lutero vai apresentar as suas 95 teses condenando uma série de práticas da igreja católica. A principal delas, é a questão das Indulgências, o perdão.

Em 1514, o Papa Leão X foi perturbado por todo seu pontificado por heresias e cismas, especialmente a rebelião desencadeada por Martinho Lutero.

Além da indulgência, ele começa a apontar a corrupção eclesiástica, para que casa, que tem filhos, ou seja, ele aponta a quebra de normas eclesiásticas.

Internamente, desde o século XII, a igreja já vinha sofrendo problemas com as heresias, que são movimentos que ocorriam dentro da igreja católica, e que já contribuí para minar a autoridade da igreja.

Também vamos ter os interesses da burguesia na reforma, pois a igreja católica condenava a prática da usura, lucros exagerados, e a burguesia vai ver na reforma a possibilidade de proteger os seus lucros.

E também nós vamos ter o racionalismo, o século XVI, é o século dos Estados Nacionais, então aparece o rei da nação francesa, o rei da nação inglesa, e daí o inglês, o francês ou o alemão, começam a se perguntar: por que eu tenho que pagar imposto para o papa lá na Itália?

Então, essas causas vão justificar o sucesso da Reforma de Lutero. Os principais reformistas: Martinho Lutero da Alemanha, com a ideia da justificativa pela fé; João Calvino da França, que vai defender a ideia de predestinação pela fé; Henrique VIII da Inglaterra, o rei vai criar a sua igreja nacional da Inglaterra, a Igreja Anglicana.

Segundo Calvino, o predestinado é o eleito por Deus, que seria aquele que trabalha e acumula capital, riqueza. A burguesia vai identificar nisso a possibilidade de legitimar o

seu trabalho e seu lucro individual, surgindo assim a chamada ética protestante, que vai impulsionar o desenvolvimento do capitalismo.

Dessa forma, a burguesia europeia, começa a abraçar as ideias de Calvino, ocorrendo uma expansão da reforma.

Expansão da reforma:

Alemanha – luteranos

França – huguenotes;

Escócia – presbiterianos;

Inglaterra – puritanos.

A igreja católica não vai ficar sem fazer nada diante da expansão da reforma, a própria igreja faz a sua reforma, a chamada contra - reforma. As decisões da contra - reforma foram tomadas no Concílio de Trento, que vai manter todos os dogmas da igreja católica e os seus rituais.

Também o Concílio de Trento vai ser criado o Index, que é uma lista de livros proibidos de serem lidos, é a Censura Eclesiástica. Também vai ser reativado o tribunal eclesiástico, a santa inquisição, que já existiu na Baixa Idade Média, mas que a partir dos tempos modernos, vai exercer uma profunda intolerância religiosa, para conter a expansão.

E também a criação das Ordens Religiosas, para difundir a fé cristã para fora da Europa. A principal ordem religiosa “A Companhia Religiosa”, que vai ter uma fortíssima atuação aqui na América.

Contra – reforma;

Concílio de Trento;

A Santa Inquisição;

O Index;

A Companhia de Jesus.

Tanto o Renascimento Cultural quanto a Reforma Religiosa, vão contribuir para a formação do homem Moderno, o renascimento, na mudança de mentalidade, e a reforma, com a quebra da ruptura da unidade religiosa.

2.1.4. Itália

A Itália por vários séculos fora uma nação de pequenos Estados. Com a queda do Império Romano em 476, a península itálica passou a ser governada pelos seus invasores bárbaros, os chamados Reis Bárbaros governaram por algumas décadas, mesmo assim o domínio destes povos não garantiu uma identidade unificada a Itália. Se antes os habitantes da Itália se viam como romanos, eles passaram a se ver como romanos, florentinos, milaneses, genoveses, lombardos, venezianos, sicilianos, napolitanos, etc.

Enquanto a Europa adentrava a época feudal por volta do século IX, a Itália vivenciava uma disparidade a respeito de que tipo de governo adotaria. O feudalismo diferente do que alguns pensam, não fora algo que ocorreu por toda a Europa, algumas nações na Europa Oriental e no norte do continente não vivenciaram este sistema, no caso da Itália, mesmo em pleno período medieval existiam repúblicas. Assim, cidades como Florença, Pisa e Veneza eram republicas, enquanto, Nápoles era um reino e Milão um ducado, que de certa forma adotavam o feudalismo. Contudo além de haver repúblicas e ducados na Itália, existiam os chamados Estados Papais, os quais eram cidades e terras governadas e administradas diretamente pela Igreja, e o papa possuía autoridade direta sobre tais regiões.

Ao longo da Idade Média, as nações italianas vivenciaram a influência e em alguns períodos a autoridade do Império Bizantino, além de vivenciar conflitos franceses, sérvios, húngaros, bizantinos, turcos, árabes, espanhóis, etc. Até chegarmos ao século XV quando ocorrerá o fim do período medieval e o início do renascimento na Itália, algumas nações europeias, a Inglaterra e Portugal já eram estados unificados, a França criaria uma identidade “francesa” após o fim da Guerra dos Cem anos em 1543. A Alemanha era na realidade, um aglomerado de pequenos Estados. A Rússia também vivenciava as lutas de pequenos reinos, e o outrora Império Bizantino havia caído nas mãos dos turcos-otomanos, os quais expandiam seus domínios para o interior do continente. A Grécia era província otomana. Sendo assim, a Itália não representava uma singularidade neste período.

2.1.5. Florença

Florença é conhecida por ser uma das cidades mais belas da Europa. De fato, sua beleza advém da combinação entre a preservação da arquitetura medieval da cidade e a paisagem característica da região da Toscana, famosa por seus vinhedos. Florença, apesar de ser uma cidade pequena, é um lugar perfeito para os amantes de cultura, sobretudo os de história, arte e filosofia.

Historicamente, a cidade de Florença é tida como o berço do Renascimento, um movimento artístico-cultural que colocou em cena moral diferente do mundo medieval, que trouxe de volta a prática do mecenato. Inúmeros artistas dessa época foram favorecidos pelo mecenato da família aristocrata Médici. Detentores de grande poder econômico e político na região, os Médicis incentivaram a produção de obras de arte que se tornaram ícones da cultura ocidental. A família Médici também favoreceu o cientista Galileu Galilei, que está enterrado numa tumba, no interior da Basílica de Santa Croce, que também abriga a tumba de Michelangelo e de Nicolau Maquiavel.

2.2. BIOGRAFIA

Nicolau de Bernardo Maquiavel, historiador, diplomata, filósofo, artista, assumiu vários cargos públicos e também é considerado um dos primeiros cientistas políticos modernos.

Nasceu em 3 de maio de 1469 na cidade de Florença. Filho de Bernardo Maquiavel, um legislador, desde cedo Nicolau tivera contato com a vida pública e política da República Florentina, a qual pelos anos seguintes seria governada por Lourenço de Médici, alcunhado, o magnífico. Maquiavel entrou para a vida política em 1498, sendo nomeado Segundo Secretário da Senhoria, ainda no mesmo ano assumiu o cargo de Chefe da Segunda Chancelaria e posteriormente se tornou Secretário dos Dez, importante cargo do Estado. Em 1499 escreveu discursos sobre negócios em Pisa, no mesmo ano realizou duas missões diplomáticas.

Entre junho e julho de 1500, Maquiavel se encontrava em meio ao cerco francês a cidade de Pisa, lá ele passou a defender os direitos de soldados contratados como mercenários pelo Rei da França, Luís XII. Viajou para França para defender os direitos destes soldados. Em 1501 participou de novas missões diplomáticas. Maquiavel entrou em meio ao jogo político dos Bórgia, liderado especialmente por Cesare Bórgia, um homem de grande ambição e filho do papa Alexandre VI. Maquiavel tentou ganhar a libertação das cidades italianas que se rebelaram contra a conquista francesa, contudo em outubro, fora enviado pelo governo florentino para prestar seus serviços a Cesare Bórgia até o começo do ano seguinte. Em 1503, escreveu mais dois livros e continuou com suas missões diplomáticas. Em 22 de fevereiro fora enviado pela República de Florença para a França, retornando em março. Os florentinos se tornaram aliados dos franceses. Em outubro começou a escrever o Decenal, narração da história florentina desde 1494 em tercetos. Em 1505, fora enviado em missões diplomáticas a fim de conseguir aliados para a causa florentina, em 1506 cansado de não conseguir recrutar tropas mercenárias, decidiu formar uma milícia florentina, escreveu posteriormente acerca disso.

Entre agosto e outubro de 1506, Maquiavel passou a trabalhar para o papa Júlio II o acompanhando em suas viagens e missões. No mesmo ano, ele decretou a criação dos Nove da Ordem e da Milícia onde assumiu o cargo de chefia. Em 1508, regressou para Florença, onde escreveu Relatos sobre os Fatos na Alemanha e continuou com a campanha de recrutamento pelos dois anos seguintes. Em 1510, escreveu após retornar de mais uma viagem à França, Retrato das coisas da França. Fora incumbido pelo Estado florentino de convocar uma cavalaria, prosseguiu com as convocações pelo ano seguinte.

Em 1512, os Médicis retornaram a Florença e tomaram o poder, abolindo a Constituição republicana. Nicolau Maquiavel teve seu mandato cassado e fora preso. Na prisão fora torturado a fim de que confessasse supostas conspirações nas quais estava envolvido.

Em 1513, fora libertado de sua prisão e se refugiou em sua casa de campo em Sant'Andrea – in – Percussina, de onde passou a manter em segredo correspondência com seu amigo Vettori, embaixador de Florença em Roma. Nesse período começou a escrever discursos sobre a primeira década do Tito Lívio e o Príncipe.

Em 1518 escreveu A Mandrágora. Ainda afastado de suas atividades diplomáticas e políticas, mas dispunha de certa liberdade. No ano seguinte começou a escrever a Arte da Guerra. Em 1520 começou a escrever novos livros, inclusive a História de Florença. Cinco anos depois ele concluiu o livro e o apresentou ao papa Clemente VII. Voltou a atuar como diplomata, tendo viajado para Veneza a fim de defender algumas causas de mercadores florentinos. Nesse tempo continuou a escrever ao papa a fim de despertá-lo para ameaças de uma nova guerra, acabou convencendo o papa de criar uma Comissão

de Fortificações, sendo nomeado chanceler da comissão. Os anos que se seguem, a Itália se encontrava em conflitos contra os espanhóis os quais tentavam conquistar terras na península.

Em 6 de maio de 1527 Roma fora tomada e saqueada, Maquiavel em viagem decidiu retornar à Florença, no caminho recebeu a mensagem de um possível golpe de Estado em Florença. Acabou morrendo em 27 de junho aos 58 anos, deixando sua esposa Marieta Corsini e mais quatro filhos. Seu corpo foi sepultado na basílica de Santa Cruz de Jerusalém. Sua obra mais famosa O Príncipe fora publicada.

3. A CONCEPÇÃO DE ESTADO E DE PODER POLÍTICO EM MAQUIAVEL

A pesquisa tem como objetivo demonstrar baseado na principal obra do autor, O Príncipe sua teoria política e sua concepção de Estado.

Maquiavel foi um dos grandes responsáveis pela noção moderna de poder. A ele também se deve a renovação do sentido e da relação ética e política. A teoria política de Maquiavel tem surgido, ao longo do tempo, com várias discussões, principalmente pela interpretação adiantada de seu pensamento.

Compreendido ainda como alguém imoral e sem quaisquer valores. Por isso o termo maquiavélico é sempre pejorativo. Mas, no campo da ciência política, sabemos do equívoco dessa concepção, afinal o autor é considerado o precursor da construção do Estado Moderno.

Maquiavel, fugindo da tradição, que considera a tendência do homem para a vida em sociedade e o bem viver, como naturais, destaca que, ao contrário, os homens tendem sempre a divisão e a desunião. Surgindo uma tensão social, conflito de desejos entre dois grupos sociais distintos, o povo que deseja não ser oprimido pelos grandes, e os grandes que ao contrário desejam oprimir e dominar esse povo.

A política, para Maquiavel, é marcada, então, não pelo ideal cristão de unidade entre os homens, mas por algo que é próprio do homem, a constante luta pelo poder. Então Maquiavel não compartilha mais da concepção de homem ligada pela filosofia cristã, segundo a qual este é um ser impedido por natureza a vida social. Embora, de acordo com a compreensão cristã, o indivíduo esteja subordinado do Estado, a ação deste é limitada pela lei natural ou moral e constitui uma instância superior à qual todo membro da comunidade pode recorrer sempre que o poder temporal atenta contra seus direitos essenciais e alienáveis. Maquiavel, ao invés disso, concebe o homem como um ser movido por forças antissociais. Na sua opinião, o ser humano possui a tendência de agir segundo seus impulsos egoístas, em benefício próprio e prejuízo alheio. Esta tendência apenas de se dobra ante a coação, porque o homem faz o bem quando se sente coagido a isso e o mal cada vez que tem ocasião. (Cames, 2002, p.123). Assim, por esta nova compreensão da realidade, Maquiavel separa a moral individual da moral política.

Ao chefe de Estado cabe agir de acordo com as circunstâncias e não a partir de preceitos morais e individuais. Por essa razão, o que distingue a bondade de maldade na ação política é sempre o bem coletivo e jamais os interesses particulares. O que determina se uma atitude é ética é a sua finalidade política. Neste sentido, os valores morais só podem ser compreendidos a partir da vida social. Assim, sublinha Maquiavel, existem virtudes e vícios que, inversamente, podem salva-lo. O que o ponto de vista da moral tradicional é plenamente condenável, na ética política maquiavelizada é perfeitamente aceitável.

Para compreender a teoria política de Maquiavel, é preciso antes compreender o próprio indivíduo Maquiavel como sujeito histórico e fruto de um contexto específico. O universo mental de Nicolau Maquiavel é completamente diverso. Deliberadamente distancia-se dos

tratados sistemáticos da escolástica medieval e, à semelhança dos renascentistas preocupados em fundar uma nova ciência física, rompe com o pensamento anterior, através da defesa do método da investigação empírica. Maquiavel vive o período do renascimento, como tal é leitor contumaz dos autores clássicos. A leitura destes lhe dá a chave para compreender o contexto em que vive, além do que o instrumentaliza com a fundamentação teórica necessária para escrever, entre outras, “o príncipe”. E por isso que nesta obra se encontra uma intensa reflexão filosófica e, não como querem alguns, apenas um receituário, um manual para políticos de plantão:

Nela escreve:

“... , porém, sendo intento escrever algo útil para quem me ler, parece-me mais conveniente procurar a verdade efetivas das coisas do que o que se imaginou sobre elas. Muitos imaginavam republicas e principados que jamais foram vistos e que nem se soube se existiram na verdade ... (Maquiavel, 2004, p. 73) ”

A verdade das coisas significa parafraseando o professor Ames (2002), uma afirmação da primazia da atualidade, do tempo presente, sobre qualquer momento ou tempo histórico: é sempre “aqui e agora” que cabe agir. Entretanto para ser efetiva, ação do príncipe deve sempre levar em conta não apenas o momento presente, mas, também uma concepção teórica fundada na história para compreender as múltiplas relações daquele dado.

Não se trata de mera especulação, mas de uma resposta a uma necessidade prática. Por isso, sublinha Maquiavel (2004) porque há tamanha distância entre como se vive e como se deveria viver, que aquele que trocar o que se faz por aquilo que deveria se fazer aprende antes a arruinar-se que a preservar-se, pois um homem que queira fazer em todas as coisas profissão de bondade deve arruinar-se entre tantos que não são bons. Daí ser necessário a um príncipe se quiser manter-se, aprender a poder não ser bom e a valer-se ou não disto segundo a necessidade. (p. 73)

Ao compor “o príncipe” Maquiavel expressa nitidamente os seus sentimentos de desejo de ver uma Itália poderosa e unificada. Expressa também a necessidade (não só dele, mas de todo o povo italiano) de um monarca com pulso firme, determinado, que fosse um legítimo rei e que defendesse seu povo sem escrúpulos e nem medir esforços.

Para Maquiavel um príncipe não deve medir esforços nem hesitar, mesmo que diante da crueldade ou da trapaça, se o que estiver em jogo for o bem do seu povo.

Por risco, declarar todas as ações do duque, eu não saberia em que censurá-lo. Pelo contrário, parece-me como aliás o fiz – dever propô-lo como exemplos a todos aqueles que, com a fortuna e as armas de outrem, ascendem ao poder. Tendo ele ânimo forte e intenção elevada, não poderia ter agido de outra maneira. (Maquiavel, 2004, p.34). Assim, no entender de Lefort (1972), é na crítica da experiência, no mundo real, no aqui e agora, que Maquiavel descobre que há em cada situação uma política adequada. A política adequada é aquela que se concilia com o ser da sociedade, que acolhe os contrários, se enraíza no tempo, se dispõe a costear o abismo sobre o qual repousa a sociedade, de enfrentar o limite constituído pela impossibilidade de compor os desejos humanos. É na verdade efetiva das coisas que o príncipe deve pautar a sua ação política. A ação do príncipe deve ser sempre movida pela realidade dos fatos, e não pelo “como deveria ser”. É a necessidade que deve reger ação política do príncipe. Assim, diz Maquiavel, é preciso que para manter-se no poder, um príncipe aprenda a ser mau, e que da maldade se sirva

ou não de acordo com a necessidade. Esta é a verdade efetiva – *verità effettuale* -, e sempre imperiosa, que deve determinar as ações do príncipe. Eis aí a novidade do pensamento maquiavelano e, justamente, a que causou maior escândalo e críticas. É uma reavaliação das relações entre ética e política.

Maquiavel estabelece, de um lado, uma moral laica, de base naturalista, separada da moral cristã e de outro, apresenta a autonomia da política, desvincilhando-a de toda e qualquer questão moral. Esta nova ética analisa as ações do príncipe não mais em função de uma hierarquia de valores dada a priori, mas sim em vista das consequências, dos resultados da ação política. Não se trata de amoralismo, mas de uma nova moral centrada nos critérios da avaliação do que é útil à comunidade. Assim, o critério para definir o que é moral é o bem da comunidade e, nesse sentido, às vezes, é legítimo o recurso ao mal: o emprego da força coercitiva do Estado, a guerra, a prática, da espionagem, o emprego da violência. (Aranha e Martins, 1993, p. 205). Astucioso é, portanto, o príncipe que sabe simular e dissimular e lançar mão desses recursos no momento em que a necessidade se impõe. Por esta forma Maquiavel introduz o conceito de virtú.

Os homens de virtú são aqueles que se lhes oferece e imprimir sua vontade no curso das coisas (fortuna). Agir com virtú, assim é agir ora com humanidade ou bondade, ora com crueldade ou maldade, de acordo com a necessidade da ocasião. Por detrás da noção de virtú está o princípio moral da ação como justificativa para o bem coletivo. Desse modo, em certas circunstâncias, é legítimo o uso de algumas crueldades, que por si sendo más, são ações virtuosas quando beneficiam a coletividade às, são ações virtuosas quando beneficiam a coletividade. Por esta razão, há violências que politicamente se justificam quando o fim último for o bem comum. Evidentemente que Maquiavel não se refere ao uso da força como mero ato de sadismo do Príncipe, que se compraz com o sofrimento alheio. Para ele, nenhuma conquista se faz sem o uso da violência.

E o Estado não representa exceção à regra. Entretanto, a violência da qual fala Maquiavel é a violência política, justificada tão somente em função do bem comum. Toda e qualquer outra forma de violência que não tenha a finalidade de preservar o Estado e o bem da coletividade, mas praticada apenas por satisfação pessoal, deve ser sempre evitada, sublinha Maquiavel. A primeira forma legítima a autoridade do príncipe, a segunda, o condena perante os seus súditos que não hesitarão em demovê-lo do poder na primeira oportunidade que tiverem. Compreende-se assim que a força e a política são paralelas, em que esta não subsiste sem aquela. A força, assevera o autor, está em saber usar a astúcia. É por esta via deve ser entendida a lógica da força de Maquiavel. O pensamento político de Maquiavel nos leva à seguinte reflexão sobre o homem de ação: se o indivíduo colherá fracassos sucessivos, tornando-se um político incompetente. Se o indivíduo, na sua existência privada, tem o direito de sacrificar o bem pessoal imediato e até sua própria vida sem valor moral superior, ditado pela sua consciência, pois em tal hipótese está empenhando apenas seu destino particular, o mesmo não acontece com o homem de Estado, sobre a qual pesam a pressão e a responsabilidade dos interesses coletivos; este, de fato, não terá o direito de tomar uma decisão que envolva o bem estar ou a segurança da comunidade, levando em conta tão somente as exigências da moral, privada; casos haverá em que terá o dever de violá-la para defender as instituições que representa ou garantir a própria sobrevivência da nação. (Escorel, 1979, p.94). Isto

significa que a avaliação moral não deve ser feita antes da ação política, segundo normas gerais e abstratas, mas a partir de uma situação específica avaliada em função do resultado dela, já que toda ação política visa a sobrevivência do grupo e não apenas de indivíduo isolados.

Maquiavel enfatiza que os critérios da ética política precisam ser revistos conforme as circunstâncias e sempre tendo em vista os fins coletivos.

No capítulo VI de “O príncipe”, que se refere a conquista dos principados novos, Maquiavel destaca a importância da virtú e da fortuna para a manutenção do principado.

“Digo, portanto, que nos principados completamente novos, onde há um novo príncipe existe maior ou menor dificuldade para mantê-lo conforme seja maior ou menor a virtú de quem o conquistou. E, como a passagem do simples cidadão a príncipe supõe virtú ou fortuna, parece que uma ou outra dessas duas coisas ameniza, em parte, muitas das dificuldades. Contudo aquele que depende menos da fortuna consegue melhores resultados.” (Maquiavel, 2004, p.23)

Para Maquiavel, uma das facetas da virtú é a força, da qual devem lançar mão os príncipes quando a necessidade se impuser.

A durabilidade do Estado, portanto, depende da maneira como a relação entre o príncipe e os súditos se resolve e quando ambos se percebem pertencentes à mesma sorte, ao mesmo destino. Partindo do princípio de que natural é somente a mudança e não a permanência das coisas e que, portanto, a ação política é sempre movida transitoriedade, pela mutabilidade, Maquiavel retém as formas legítimas e ilegítimas de poder da tradição, mas eliminar o princípio de poder da tradição, mas eliminar o princípio de poder natural dos poderes hereditários.

O Estado hereditário por ser mais antigo do que o Estado novo, leva os súditos a esquecerem do uso da força empreendida pelo príncipe para conquistá-lo. Desse modo, o Estado hereditário é legítimo pelo hábito dos súditos de estarem submetidos ao poder de um monarca.

Eis porque, segundo Maquiavel, é mais fácil administrar e preservar um Estado hereditário do que um Estado novo. “(...) digo, pois, que, nos Estados hereditários e acostumados à linhagem de seus príncipes, são bens menores ou dificuldades para conservá-los do que nos novos...” (Maquiavel, 2004, p.5)

Além disso, Maquiavel sublinha que nenhum Estado sobrevive sem religião. Não porque se sustente pela fé ou pela crença em Deus. A sua razão está na finalidade que lhe é externa, qual seja, um devotamento dos súditos à pátria e as causas cívicas.

Desta maneira o temor a Deus pode ser um importante meio do qual o monarca pode se utilizar para tornar o povo mais aderido ao Estado, o que, em última análise, facilita a sua administração.

O pensamento político de Maquiavel precisa ser analisado dentro do contexto do final da Idade Média, onde antropocentrismo estava sendo retomado como visão predominante (homem no centro de todas as coisas). Essa visão permitiu o nascimento de uma nova ideia política, onde a liberdade republicana surgiria contra o poder político teológico de papas e imperadores.

Esse contexto abriu portas para o humanismo cívico (faculdade dos homens de agirem em conjunto pelo bem da cidade), levantando um diálogo político entre a burguesia (que estava desejosa por poder) e a realeza. Houve assim um questionamento do poder absoluto dos reis (como os Médici, em Florença) e desejava-se que um príncipe trouxesse estabilidade e defesa de sua cidade contra ataques vizinhos. Esse príncipe deveria possuir virtù (ser nacionalista e não mercenário). Maquiavel então conduz sua obra (o príncipe) visando o exercício do poder desse governante.

Nicolau Maquiavel chama atenção por defender que o poder, a honra e a glória são bens que devem ser perseguidos e valorizados, ao contrário da ideia restrita de virtude cristã angelical (livre de tentações). O homem virtù poderia conseguir bens na terra e deveria lutar por isso, sem ficar almejando recompensas exclusivamente celestiais. A moral não poderia ser um limitador da prática política. O pensamento político de Maquiavel se apoia no conceito de que a estabilidade da sociedade e do governo precisam ser conseguidos a todo o custo.

A diferença entre Maquiavel e os demais cientistas naturais está no constrangimento imposto por suas ideias. Sua originalidade destaca-se pela forma como lidou com a moral política, trazendo uma visão independente dos conceitos defendidos pela igreja.

4. LEGADO DE MAQUIAVEL PARA OS DIAS ATUAIS

Mais de quatro séculos nos separam da época que viveu Maquiavel, mas ainda assim muitas pessoas leram e comentaram sua obra sem considerar o contexto histórico da realidade da época e de hoje em dia. Tanto é que o termo “Maquiavélico” surge do nome de Maquiavel, ganhando a ideia de perfídia. Quando adjetivando uma pessoa, a intenção de ser alguém velhaco, traiçoeiro. Maquiavel influenciou muito a política atual, “O Príncipe” tem de ser lido com a intenção de perceber seus grandes tinos para o assunto fazendo as adaptações de acordo com a realidade atual. Para assim descobrirmos que Maquiavel nos presenteou com um manual de como ser um bom político e manter o poder.

No capítulo inicial de “O Príncipe”, Maquiavel postula haver duas principais vias pelas quais se adquire um principado – pelo exercício da virtú ou pelo dom da fortuna. Segundo o autor, o carisma da virtú é próprio daquele que se conforma à natureza de seu tempo, aprender-lhe o sentido e se capacita a realizar praticamente a necessidade das circunstancias, isto é, dos momentos propícios fornecidos pela fortuna.

Maquiavel em sua obra enfatiza a importância de um estado soberano: “nem a religião, a tradição ou a vontade popular legitimam o soberano, e assim ele tem de contar exclusivamente com sua energia criadora.

A ausência de um Estado e extrema multipolarização do poder criam um vazio, que as mais fortes individualidades tem capacidade de ocupar. ” Lendo sua obra sem considerar a historicidade, parece que Maquiavel mais a importância do poder para o príncipe como pessoa, do que para o bem do Estado.

Quem quiser fazer profissão de bondade não pode evitar sua ruína entre tantos que são maus, analisando a obra na realidade em que vivemos, é só acrescentarmos o bem comum como premissa principal que todas as contradições se tornam paliativas.

A existência do estado soberano é importante para a segurança do povo que elegeu, para um bom andamento de conjuntura política. Todo bom político deve ser astúcia para aproveitar as oportunidades da melhor forma sim, contanto que seja em favor do bem comum.

O governante deve ter uma relação amigável com o povo que elegeu, para poder governar tranquilamente, em favor do bem comum. Sua citação mais famosa “o fim justifica os meios”, cai no falar da população e gera toda uma polemica a partir dela. Na política, os fins justificam os meios? Voltando para o bem comum, contanto que os meios sejam éticos e os fins sejam para o bem comum, sim.

Os ensinamentos de Maquiavel, incorporados da maneira correta dentro da política, desde o político até o sistema em si, minimizaria muitos problemas decorrentes muitas vezes da falta de preparo, conhecimento ou objetivo dos políticos que temos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A concepção de Estado e de Poder político em Maquiavel destaca a principal obra do autor, O Príncipe, o objetivo da pesquisa é compreender um pouco as ideias de Maquiavel.

Maquiavel foi um dos grandes responsáveis pela noção moderna de poder. A ele também se deve a renovação do sentido e da relação ética e política. A teoria política de Maquiavel tem surgido, ao longo do tempo, com várias discussões, principalmente pela interpretação adiantada do seu pensamento.

Compreendido ainda como alguém imoral e sem quaisquer valores. Por isso o termo maquiavélico é sempre pejorativo. Mas, no campo da ciência política, sabemos do equívoco dessa concepção, afinal o autor é considerado o precursor da construção do Estado Moderno.

Maquiavel, fugindo da tradição, que considera a tendência do homem a vida em sociedade e o bem viver, como naturais, destaca que, ao contrário, os homens tendem sempre a divisão e a desunião. Surgindo uma tensão social, conflito de desejos entre dois grupos sociais distintos, o povo que deseja não ser oprimido pelos grandes, e os grandes que ao contrário desejam oprimir e dominar esse povo.

A política, para Maquiavel, é marcada, então, não pelo ideal cristão de unidade entre os homens, mas por algo que é próprio do homem, a constante luta pelo poder. Então Maquiavel não compartilha mais da concepção de homem ligada pela filosofia cristã, segundo a qual este é um ser impedido por natureza a vida social. Embora, de acordo com a compreensão cristã, o indivíduo esteja subordinado do Estado, a ação deste é limitada pela lei natural ou moral e constitui uma instância superior à qual todo membro da comunidade pode recorrer sempre que o poder temporal atenta contra seus direitos essenciais e alienáveis.

Afinal o que Maquiavel endossava? Fora sua filosofia toda criada com o intuito de formar tiranos? O leitor desatento pode muito bem formar uma análise embasada na infâmia de seu autor, ora, maquiavelismo é atributo dos repulsivos, mentes pervertidas, ardilosa e desonestos. Pois é de fato?

Longe disso, O Príncipe de forma alguma é um guia prático para vilanismo, considere o seguinte: Quando pensamos em virtude, o simulacro da bondade humana, a mais pura encarnação do “bonzinho”, quem vem em mente?

Jesus, o que tratou a todos tão bem, e não teve uma vida boa. Ele era o Rei dos Reis, foi espancado, maltratado, humilhado e morto.

Para Maquiavel uma coisa era certa: pessoas boas não vão longe e os maldosos tendem ganhar, e isto ocorre pelo triste fato de que são limitados por amarras morais que os bons carregam, estão dispostos a usar de todos artifícios, por mais sombrios e tóxicos, para alcançar os seus objetivos.

Foi na observação histórica de Florença que Maquiavel chegou a esta conclusão: bons príncipes, governantes e marcadores são destinados ao desastre. E por este motivo que ele escreve então o seu livro mais famoso, não para ensinar truque para psicopatas e tiranos, pois os mesmos não precisam disso.

O Príncipe ensina boas pessoas a como emprestar os métodos do vil e aplicá-los quando necessário, para que dessa forma, o bondoso não caia em ruína e seja eficiente em suas ações. Um pode ser virtuoso no sentido amplo da palavra, mas não deve dedicar a sua vida em sempre agir de forma correta.

Nicolau Maquiavel chama atenção por defender que o poder, a honra e a glória são bens que devem ser perseguidos e valorizados, ao contrário da ideia restrita de virtude cristã angelical (livre das tentações). O homem virtú poderia conseguir bens na terra e deveria lutar por isso, sem ficar almejando recompensas exclusivamente celestiais. A moral não poderia ser um limitador da prática política. O pensamento político de Maquiavel se apoia no conceito de que a estabilidade da sociedade e do governo precisam ser conseguidos a todo custo.

A diferença entre Maquiavel e os demais cientistas naturais está no constrangimento imposto por suas ideias. Sua originalidade destaca-se pela forma como lidou com a moral política, trazendo uma visão independente dos conceitos defendidos pela igreja.

6. REFERÊNCIAS

AMES, José Luiz. Maquiavel: A lógica da Ação Política. Cascavel: Edunioeste, 2002.

ARANHA, M^a Lucia de Arruda; MARTINS; M^a Helena Pires. Filosofando: Introdução à filosofia. 2^a ed. São Paulo: Moderna, 1993.

CHAUÍ, Marilena. Filosofia. São Paulo: Ática, 2000.

MAQUIAVEL, Nicolau. O Príncipe. 3^a ed. Trad. Maria Julia GoldWasser. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

WEFFORT, Francisco C. Os clássicos da política, 1^o volume, 13^a ed. São Paulo: Ática, 2002.

<http://renasicomercial.blogspot.com.br/2011/10/teste.html>

<http://fazendohistorianova.blogspot.com.br/2016/10/renascimento-comercial-e-urbano-e.html>

<https://www.todamateria.com.br/formacao-das-monarquias-nacionais/>

<http://estudandocomprazer.webnode.com.br/news/as%20inova%C3%A7%C3%B5es%20tecnologicas%20do%20renascimento%20cientifico/>

<http://www.mundovestibular.com.br/articles/4400/1/RENASCIMENTO-CULTURAL/Paacutegina1.html>

<https://blogdoenem.com.br/martinho-lutero-reforma-protestante/>

<http://seguindopassoshistoria.blogspot.com.br/2011/06/italia-de-maquiavel.html>

<https://filosofia.pro.br/florenca-o-berco-do-renascimento/>

<http://www.tsf.pt/sociedade/interior/o-que-ha-de-maquiavelico-na-actualidade-politica-4893562.html>

<https://pt.scribd.com/doc/51617317/Contexto-Historico-Maquiavel>